

**Resumo:** *Um dos acentos do sínodo de 2008 e da Verbum Domini é a dimensão hermenêutica da leitura bíblica (VD 57-97). A Dei Verbum do Concílio Vaticano II, embora mencionando essa dimensão (DV 12-13), considerou sobretudo o estudo histórico-crítico da Bíblia (como, aliás, a Divino Afflante Spiritu de Pio XII, que lhe abriu o caminho). Já o Sínodo de 2008 e a Verbum Domini, no contexto da proliferação do ceticismo por um lado e do fundamentalismo por outro, insistem mais no sentido aberto do texto bíblico, que chamaremos de sentido hermenêutico: “Que é que a Bíblia me diz? Qual a mensagem que apresenta hoje?” A seguir, depois de examinar o próprio termo “hermenêutica”, o autor alerta contra a “resistência inútil” à interpretação, explica o que “recebemos” da Tradição, assinala em Jesus o “marco zero e o ponto de mutação”, distingue o que transmitimos, a pregação, e retoma a hermenêutica da Sagrada Escritura na Igreja.*

**Abstract:** *One of the points of emphasis of the Synod of 2008 and the document Verbum Domini is the hermeneutic dimension of the reading and interpreting the Bible (VD 57-97). The document Dei Verbum of the Second Vatican Council focused mainly on the historical-critical study of the Bible (as well as the document Divino Afflante Spiritu of Pope Pius XII which opened up its way). On the other hand, the Synod of 2008 and the document Verbum Domini, in the context of proliferation of skepticism, on one side, and fundamentalism, on the other, lay stress on the enlarged significance of the biblical text which we will designate as the hermeneutic meaning: “What does the Bible say to me? What is the message destined to us today?” After examining the sense of the term “hermeneutics” the author alerts against the “futile resistance” to interpretation by explaining what we “received” from Tradition, pointing out in Jesus as the “initial starting point of mutation” and distinguishing between the objects we transmit, i.e. the preaching, and applying the hermeneutics of Sacred Scripture in the Church.*

## A “Verbum Domini” e a hermenêutica bíblica

Johan Konings\*

---

\* O autor é padre jesuíta, Doutor em Teologia pela Universidade de Louvain e professor na Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte, MG, autor de muitos livros e artigos na área bíblica. Ele foi um dos dois exegetas brasileiros que participaram como peritos no Sínodo de 2008.



A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini* do Papa Bento XVI parece uma “releitura” da *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II, pois é fruto de um sínodo pós-conciliar, convocado para ver a “recepção” e efeito do Concílio e para aprofundar sua interpretação no novo contexto que se criou. Como o Concílio queria dialogar com a Modernidade, o Pós-Concílio tem de dialogar com a Pós-Modernidade.

Um dos acentos do sínodo de 2008 e da *Verbum Domini* é a dimensão hermenêutica da leitura bíblica (VD 57-97). A *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II, embora mencionando essa dimensão (DV 12-13), considerou sobretudo o estudo histórico-crítico da Bíblia (como, aliás, a *Divino Afflante Spiritu* de Pio XII, que lhe abriu o caminho). Já o Sínodo de 2008 e a *Verbum Domini*, no contexto da proliferação do ceticismo por um lado e do fundamentalismo por outro, insistem mais no sentido aberto do texto bíblico, que chamaremos de sentido hermenêutico: “Que é que a Bíblia me diz? Qual a mensagem que apresenta hoje?”

## Hermenêutica

“Hermenêutica” vem de Hermes, deus grego da comunicação e – por sinal! – do comércio (em latim, Hermes é Mercúrio, de *merces*, mercadoria). Hermes foi considerado deus da interpretação, porque mediava os oráculos divinos de sentido oculto a ser decifrado e interpretado. O termo “hermenêutica” tem sua origem no tratado de Aristóteles sobre a verdade e não-verdade de proposições, *Peri Hermeneias*. Amônio o traduziu para o latim com o título *De Interpretatione*. Pode-se dizer que a hermenêutica é arte e ciência. Em primeiro lugar arte, enquanto prática de fazer surgir e extrair sentido dos sinais. E ciência, quando investiga por que e como os sinais têm ou fazem sentido. De fato, o sentido das palavras e proposições não é claro, nem seguro, à primeira vista, e conforme o contexto as frases podem “fazer” outro sentido. A hermenêutica questiona nosso positivismo ingênuo, que acha que as coisas são assim como se diz que são.

Pode-se comparar a hermenêutica à função do intérprete, que recebe uma mensagem e a transmite, recodificando-a. Por isso chama-se “inter-prete”, porque é o *terceiro*, ele fala *entre dois outros*, emissor e destinatário. A mensagem não lhe pertence. Ele não é “dono da verdade”, mas elo de ligação entre o emissor e o destinatário. Como o músico, ao “interpretar” uma peça, é mediador entre o compositor e o público.



Historicamente, a hermenêutica surgiu como disciplina universitária nas Faculdades de Teologia, na Alemanha protestante, tendo, principalmente, duas acepções: a interpretação dos textos antigos e a pregação cristã. São estes os dois lados do processo que vamos considerar: receber a mensagem e transmiti-la, não mecanicamente, mas abrindo-a para o destinatário. Esses dois momentos se influenciam mutuamente. Só se pode transmitir o que, até certo ponto, foi assimilado, “decodificado”, e é porque se pensa na possível transmissão que se procura assimilar e verbalizar, “recodificar”, aquilo que se recebe.

### Interpretação necessária e resistência inútil

Podemos ver nosso mundo como estruturado por sinais que necessitam ser decodificados para serem compreendidos, e recodificados para serem transmitidos. A Bíblia não escapa disso. O Antigo Testamento, como veremos, é muitas vezes objeto de interpretação no Novo, e na medida em que este sentido interpretado se apresenta como sentido a ser conservado, é chamado de cumprimento ou sentido pleno.

Os pensadores antigos não tinham medo de interpretar! Na época patrística-medieval, a explicação da Bíblia se guiava pela distinção entre o sentido literal e o sentido espiritual, ou, mais detalhadamente, por quatro sentidos encontrados no texto: o sentido literal, o alegórico (figurativo), o tropológico (moral) e o anagógico (escatológico).<sup>1</sup> O medo à interpretação parece ser coisa moderna, por causa do modelo das ciências “exatas”. Hoje o termo “interpretação” suscita suspeita.

Francisco de Assis queria o evangelho “*sine glossa*”, sem glosa! E depois dele, Martinho Lutero afirmava que a Bíblia se explica por si mesma: “*Sola Scriptura*”. Estas frases, porém, necessitam interpretação... Francisco referia-se às explicações que privavam o evangelho nu e cru de sua força. E Lutero detestava as explicações em proveito próprio da instituição que, naquele tempo, era mais “romana” que cristã! O princípio de Lutero se reflete até hoje na apresentação das traduções bíblicas. Enquanto a tradição católica, obediente ao Concílio de Trento, apresenta as traduções com notas explicativas, as edições protestantes, fora as “bíblias de estudo”, só trazem as referências dos paralelos internos, para que a Bíblia se explique por si mesma. Tal desconfiança da interpretação tem seus efeitos: por um lado, privilegia o sentido pretensamente literal, com

<sup>1</sup> Cf. LUBAC, Henri de. *A Escritura na tradição*. São Paulo: Paulinas, 1970.



o consequente desenvolvimento dos métodos histórico-críticos, primeiro (mas não só) no âmbito protestante e depois também no católico. Por outro lado, fomenta o fundamentalismo, o qual também é uma interpretação.

A hermenêutica, segundo Paul Ricoeur, é filha da distância.<sup>2</sup> Estamos separados do evento original em que a frase “se deu”. Separados pelo tempo, quando se trata de enunciados dum passado longínquo, como certamente é o caso da Bíblia. Separados pela cultura, mesmo quando contemporânea, como bem sabe quem vem da Europa para trabalhar no âmbito latino-americano. Quem não se dá conta dessa distância pode provocar dolorosos mal-entendidos, como acontece aos sulistas que acham que suas palavras são interpretadas pelos nortistas do jeito como eles mesmos as entendem. Mesmo entre duas pessoas próximas no tempo e no espaço existe distância: cada qual tem seu próprio mundo mental e linguístico.

Ora, é precisamente esse distanciamento que permite o enriquecimento da mensagem. “Deixe de molho, que depois você entende”. No momento do enunciado, “fecha”-se determinado sentido. Depois do distanciamento, o sentido “abre”-se com novas determinações, ligando-se a outro contexto e situação e ampliando o leque de suas referências. Esta dinâmica de fechamento e abertura tem relação com a práxis. Quando eu fecho um enunciado, ele “performa” um efeito, uma transformação. Quando o abro novamente, está aí um novo mundo de significações, um novo contexto, criado, em parte, pela própria palavra que pronunciei. Neste novo contexto, o sentido da palavra já é diferente. Se eu disser, “fechem a porta”, e alguém se levantar para fechá-la, repetir a mesma frase será interpretado de maneira bem diferente, o efeito será outro. Ninguém mais se levantará, mas todo mundo pensará que estou extrapolando. Porém, se a ordem de fechar a porta serviu para um propósito mais amplo, digamos, de garantir a serenidade na aula, posso atualizá-la com uma nova ordem, pedindo silêncio e concentração.

Temos de reformular a mensagem no novo contexto que se criou, e, ao formular uma interpretação para esse novo mundo, este se modificará pela nova palavra. E assim adiante. Espiral sem fim. Leitura

<sup>2</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *A hermenêutica bíblica*. São Paulo: Loyola, 2006. CROATTO, J. Severino. *Hermenêutica bíblica: para uma teoria da leitura como produção de significado*. São Paulo: Paulinas, 1986. FONSECA, Maria de Jesus Martins da. *Introdução à hermenêutica de Paul Ricoeur*. Disponível em <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium36/3.pdf>>. Acesso em 04/07/2011.



infinita. Quando, numa equação de frações, se muda o denominador de uma fração, deve-se mudar também o número. Senão, a equação não funciona mais. Ao lecionar simultaneamente João e Marcos, verifico cada dia mais que João é um exímio intérprete de Marcos, porque lhe modifica totalmente a maneira de se expressar! Pois repeti-lo literalmente num outro contexto teria sido uma traição.

Percebemos assim que um mesmo sentido subjacente se esconde, qual rio subterrâneo, debaixo das novas expressões. Nosso horizonte atual se funde com o horizonte original, diz o filósofo hermenêutico Heinrich Gadamer.<sup>3</sup> Isto é importantíssimo para uma hermenêutica da tradição, como é a hermenêutica bíblica.

## O que recebemos: a tradição bíblica e cristã

No “mundo” da pregação cristã recebemos uma tradição, constituída principalmente de “escrituras sagradas” – a Bíblia – e de costumes, ritos e desenvolvimentos doutrinários e morais – a Tradição. A Bíblia e a Tradição não devem ser vistas como duas fontes estancas, pois a Bíblia já faz parte da Tradição. A Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Vaticano II diz que “promanam da mesma nascente<sup>4</sup> divina, formam de certo modo um só todo e tendem para o mesmo fim” (DV 9; DHK 4212). O que se chama a “revelação cristã”, ou seja, a manifestação de Deus em Jesus Cristo e naquilo que o Espírito de ambos continua suscitando, é uma Tradição viva, que inclui as Escrituras Sagradas como sua parte essencial e referência escrita, mas nelas não se esgota.

Trataremos primeiro daquilo que o “servidor da Palavra” (cf. Lc 1,2) *recebe*, para que o transmita aos fiéis. Isso não diz respeito somente aos ministros ordenados, pois a Igreja como um todo está implicada: catequistas, mestres espirituais, leigos piedosos etc.<sup>5</sup> O núcleo da tradição cristã é a “história” de Jesus de Nazaré. Não a história como construto

<sup>3</sup> Cf. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2002.

<sup>4</sup> O Concílio parece evitar expressamente o termo “fonte”, para não reforçar a antiga imagem de “duas fontes”, a Escritura e a Tradição. Usa o termo *scaturigo*, mas as traduções da *Dei Verbum*, geralmente, não observam isso. A tradução adequada aparece na edição brasileira bilingue do Denzinger (DHK), n. 4212 (DENZINGER, H.; HÜNERMANN, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Loyola, 2007. Trad. brasileira a/c J. Konings).

<sup>5</sup> Consideramos, aqui, a transmissão do legado de Cristo em sua totalidade, sem especificar o papel do magistério hierárquico.



científico produzido pela pesquisa crítica radical, mas a narrativa que, em diversas formas substancialmente concordes, é registrada por escrito e transmitida, nos evangelhos canônicos, como referência da fé. Sabemos que também outras narrativas – apócrifas ou extracanônicas – influenciaram a piedade cristã e até o dogma.<sup>6</sup> Contudo, o critério primeiro continua sendo o que está consignado nos quatro evangelhos canônicos.

Os evangelhos, porém, só produzem sentido quando há leitores e ouvintes que os leem ou escutam. Um escrito sem leitor é como uma tomada elétrica sem aparelho ligado: sua força é mera potência. Assim, os testemunhos canônicos sobre Jesus, os evangelhos, têm, decerto, seu potencial de sentido próprio e definido – não servem para qualquer coisa –, mas esse potencial só se revela quando são lidos e/ou ouvidos. A Tradição da Igreja é o testemunho “atualizado” pela fé dos que o recebem. Desde seu início ela é hermenêutica, atribuindo sentido sempre novo aos textos que veicula. Aí está a verdade da palavra de Gregório Magno dizendo que a Escritura “cresce” com quem a lê. A comunidade leitora, vivendo no mesmo espírito em que Jesus realizou sua missão, sendo conduzida por este Espírito Santo que, chamado de hipóstase (entre os gregos) ou pessoa (entre os latinos), essa comunidade fiel, dá o sentido certo à letra consignada por escrito. Por isso mesmo, a comunidade fiel, em determinado momento, pode dizer que esse escrito é a base de sua fé. E, por outro lado, que as Escrituras devem ser lidas no espírito em que foram concebidas, desde que se conceba este espírito como manifestação do Espírito Santo “atualizador”.

Ora, os evangelhos e o Novo Testamento inteiro, além de testemunho original sobre Jesus, são também interpretação de uma tradição anterior a Jesus. Basta abrir uma bíblia de estudo para ver quantas citações do Antigo Testamento se encontram no Novo, especialmente, no relato da paixão e morte de Jesus e nas pregações querigmáticas do livro dos Atos. A narração dos fatos centrais a respeito de Jesus foi “formatada” a partir das Escrituras de Israel. Reconheceu-se na história de Jesus, e mais especificamente na sua morte e ressurreição, o sentido pleno de diversas passagens ou temas do Antigo Testamento. Principalmente, dos salmos do justo perseguido e do cântico do Servo Sofredor da profecia de Isaías. Esses textos forneceram a linguagem para expressar o paradoxo da fé cristã, a fé num crucificado proclamado Messias e Filho de Deus. De certo, Messias diferente, Messias inesperado, como o evangelho de Mar-

<sup>6</sup> Por exemplo, os dogmas marianos dos últimos séculos.



cos nos faz intuir. A compreensão cristã encontra esse paradoxo divino em alguns textos das Escrituras de Israel. Segundo Lucas, Jesus mesmo explica esses textos aos discípulos de Emaús e no cenáculo depois da ressurreição (Lc 24,27.45), e Pedro os explica aos ouvintes da pregação no dia de Pentecostes (At 2,22-36).

O que os autores do Novo Testamento encontraram nas Escrituras de Israel não é só esse sentido pleno. É todo um “espírito”, uma espécie de cultura espiritual, pela qual Deus preparou os corações para poderem acreditar no inaudito que aconteceu em Jesus e foi registrado na narrativa evangélica. Os corações moldados pelas profecias, pelos salmos e pela Lei puderam abrir-se a esse mistério, a essa narrativa inaudita. Mateus, no Sermão da Montanha, apresenta Jesus como intérprete da Lei de Moisés; ele a leva à plenitude, isto é, ao significado pleno (Mt 5,17-48). “Não matar” significa, então, não sufocar ninguém pelo desprezo. “Não adulterar” quer dizer não repudiar a esposa. O “olho por olho e dente por dente” tem de ser abandonado em troca do amor ao inimigo. É desse modo que Jesus leva a Lei a pleno cumprimento, fazendo-se hermenêutica das Escrituras de Israel. “A Lei veio por meio de Moisés, a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo”. Este, porém, não aparece como dono da Lei, mas como Filho do Dono, prestando ouvido à sua vontade.

## Jesus, marco zero e ponto de mutação

Podemos comparar a tradição cristã a uma mutação na tradição de Israel. Não é mera continuação, representa um salto qualitativo. Transforma por dentro a tradição na qual ela nasce, ultrapassando-a. Tal é o mandamento antigo, que é ao mesmo tempo “novo” e “verdadeiro n’Ele e em vós” (1Jo 2,8).

Como ponto de mutação<sup>7</sup>, o “evento Jesus” torna-se o ponto referencial, o marco zero dessa nova tradição nascida da tradição de Israel. Rompe, em diversos pontos, com essa, mas não deixa de ser também uma releitura dela. Por isso, o iniciador dessa tradição “geneticamente transformada” é como o marco zero, a referência à qual a hermenêutica cristã sempre terá de voltar. Tanto Paulo como João dizem que o critério de legitimidade da inspiração carismática (o discernimento dos espíritos) é Jesus Cristo. “O Senhor”, diz Paulo (1Cor 12,3), “vindo na carne”, diz

<sup>7</sup> Uso o termo num sentido análogo ao de CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix. 1995 (orig. *The Turning Point*, 1982).



João (1Jo 4,2). Esse duplo critério demarca o Cristo da fé, que é o mesmo que o Jesus da narrativa evangélica, o “Jesus narrativo”<sup>8</sup>, aquele que vive diante dos nossos olhos ao ouvirmos a singela narrativa dos evangelistas e que confessamos Filho de Deus.

No sentido exposto, o Novo Testamento deve ser considerado prioritário em relação ao Antigo. Para nós a referência primeira, o marco zero, é Jesus, não Moisés (cf. Jo 1,17). Todavia, os primeiros cristãos, sendo de origem judaica, encontraram nas suas Escrituras tradicionais tanta riqueza para traduzir o que vivenciaram em Jesus, que as conservaram como “suas”. E conservaram-nas não só como um suplemento ao lado do que os apóstolos testemunharam, mas como instrumento orgânico da compreensão e expressão da fé em Jesus como Cristo. Fizeram como “o pai de família que, dos seus guardados, tira coisas novas e antigas” (Mt 13,52). Para eles, a integração de seu legado cultural e religioso na compreensão da obra de Jesus foi a verdadeira compreensão da Escritura. Assim, João diz que, depois que Jesus foi glorificado (o marco zero), os discípulos entenderam as expressões das Escrituras antigas, como, por exemplo, “o zelo de tua casa me devora” (Jo 2,17 = Sl 69,9) ou a acolhida do Messias sentado num burrinho (Jo 12,15c = Zc 9,9). A Lei, os Profetas e os Salmos são anteriores no tempo, mas como princípio hermenêutico, o Novo Testamento é primeiro.

Não poderia a comunidade cristã ter prescindido das Escrituras de Israel para transmitir o evento Jesus? Parece que não. Quando Marcião, no II século, quis limpar o cristianismo de tudo quanto soa a judaísmo e excluir a leitura das Escrituras de Israel, a Igreja reagiu com um vigoroso “não”. Condenou Marcião. Sem a tradição de Israel, guardada de modo seguro nas Escrituras antigas, os cristãos nem sequer poderiam entender o que os evangelistas escreveram sobre Jesus, nos seus relatos moldados pela linguagem de Israel. A tradição escriturística de Israel faz parte da encarnação de Jesus, “*nascido de mulher, nascido sob a Lei*” (Gl 4,4). E isso valia não só para os de origem judaica, mas, sobretudo, para os não judeus, que precisavam das Escrituras judaicas para entender o que os evangelhos diziam. Os escritos de Israel lhes serviram de dicionário para ler os evangelhos! O exemplo acima referido do Sermão da Montanha deixa isso bem claro! Para que Jesus, o judeu, pudesse ser transmitido aos não judeus, num espírito de liberdade em relação às instituições ju-

<sup>8</sup> Cf. KONINGS, J. Narrando e celebrando. *Convergência* (Rio de Janeiro), v. 42, p. 413-421, 2007.





daicas, foi preciso que, junto com a memória dele, se transmitissem os escritos de Israel. Nem compreenderíamos a “liberdade cristã” de Paulo se não nos fossem transmitidos, no mesmo pacote, os escritos da Lei... Assim realizou-se, em sentido inesperado, o lema de Paulo: judeu com os judeus e grego com os gregos (cf. 1Cor 9,20-21).

Essa transmissão é continuamente reinterpretada. A cada época, as Escrituras são lidas em ópticas diferentes. É verdade que muitos elementos do Antigo Testamento foram recebidos com certa reserva, porque não se coadunavam com o ensino e a prática de Jesus. Mas, como 2Tm 3,16 diz que todas as Escrituras são úteis, procuraram-se interpretações simbólicas para dar ao Antigo testamento inteiro um lugar no tesouro cristão. Mais tarde, na Modernidade, o Antigo Testamento foi usado como manual da história de Israel; e quando a crítica viu problemas nisso, foi valorizado como acesso ao ambiente e à tradição em que nasceu o Nazareno, como testemunho da cultura e mentalidade em que se inscrevem sua atuação e a de sua comunidade e como amostra da pedagogia de Deus.

## O que transmitimos, a pregação

A hermenêutica cristã pode ser vista como arte da interpretação da tradição e como estudo da transmissão daquilo que recebemos com vistas à pregação. A pregação cristã, e de modo exímio a homilia litúrgica, é um exercício de interpretação, mas não uma interpretação arbitrária. Ela acontece dentro de um círculo, o círculo hermenêutico. Não um círculo vicioso, que fica patinando em torno de uma tautologia, mas um movimento circular, melhor, uma espiral<sup>9</sup>, que movimentando-se de um polo para outro, afunila a compreensão, penetra na realidade em questão como uma broca na madeira, e atinge assim o cerne que deve ser posto às claras.

Essa circularidade tem diversos aspectos. Há o círculo da parte e do conjunto. A parte entende-se no conjunto, e o conjunto, a partir das partes. Em relação à Sagrada Escritura, a circularidade entre o todo e as partes se percebe de modo especial na questão do cânon. Se se exclui tudo o que é judaico, como queria Marcião, Jesus perde sua encarnação e abre-se o caminho para uma gnose a-histórica. Se, ao contrário, se

<sup>9</sup> Cf. OSBORNE, Grant. *A espiral hermenêutica: uma nova abordagem à interpretação bíblica*. São Paulo: Vida Nova, 2009.



aceitam as escrituras de Israel e até os livros deuterocanônicos, como fez a ortodoxia, Cristo ganha precedentes sapienciais que aumentam a compreensão de sua encarnação.

Há, também, o círculo do presente e do passado. O cristianismo não nasceu hoje, e quando nasceu, não surgiu do nada. Na leitura bíblica constitui-se uma roda de conversa com gerações antes de nós e, até, antes de Cristo.

Há o círculo do texto e do contexto. A espiral da interpretação se afunila, movimentando-se do texto ao contexto, do significado original à contextualização ou significação para a Igreja hoje. A teologia da libertação oferece exemplos de tal hermenêutica contextualizada.<sup>10</sup>

Há, ainda, o círculo do indivíduo e da comunidade. Eu posso entender a Bíblia como quero, mas se pretendo ser membro de uma comunidade, devo entrar em diálogo com outros entendimentos. Quanto ao essencial existe até um denominador comum: a fé da Igreja. Mas esta só é possível quando cada verdadeiro fiel assume a sua fé.

Há o círculo, importantíssimo, da palavra e da práxis. A melhor maneira de compreender é praticar. “Compreende” o carro quem sabe dirigir. Mesmo das coisas mais teóricas, a compreensão se verifica pela prática: por isso, o professor de matemática dá exercícios. Sem a teoria, porém, não resolveria os exercícios, nem dirigiria o carro. O espírito de Cristo mostra ser compreendido quando produz os frutos do Espírito de Gl 5,22. Mas a prática desses frutos me leva a contemplar cada vez de novo tudo o que Cristo disse e fez, para que eu enfrente desafios novos e diferentes. Diferentes, inclusive, por causa da transformação que os frutos do Espírito causaram.

Tudo isso nos leva a perceber que o pregador se assemelha ao sábio pai de família, que tira de seus guardados coisas novas e antigas (cf. Mt 13,52). Ao usar essa imagem, Mateus se referia à verdadeira compreensão da tradição mosaica na nova vivência impostada a partir de Jesus. Mas depois de Mateus, que lutava com essa questão na sua igreja judeo-cristã, essas palavras ganharam novos sentidos. Serviram para guardar os escritos de Israel no cânon bíblico. Serviram para guardar a piedade medieval no início da Modernidade e da Reforma protestante. Serviram para salvaguardar a racionalidade da fé quando a Iluminação a

<sup>10</sup> Cf. CROATTO, J. Severino. *Exodo: uma hermenêutica da liberdade*. São Paulo: Paulinas, 1981.



negava e relegava a fé ao mero sentimento. Servem, ainda, para revalorizar a simplicidade e pobreza dos santos de hoje e de ontem, no mundo seduzido pelo acúmulo do capital e pelo consumo irrefreado.

A hermenêutica dá, às coisas novas, a referência do antigo, a continuidade, a percepção de estarmos em comunidade com os que nos antecederam, de não estarmos inventando a roda, mas adaptando-a a novas estradas... E, às coisas antigas, dá o sentido do novo, como descobrimos na restauração litúrgica da noite pascal, na redescoberta da Bíblia na liturgia, na busca de uma fé comprometida, na catequese renovada e assim adiante. Isso exige arte e sensibilidade, combinação de respeito e criatividade. A circunstância em que acontece a homilia hoje nunca existiu antes: vida urbanizada, para bem e para mal; muitas informações e pouco tempo para digeri-las; folga institucionalizada e até paga, mas pouco repouso; enciclopédias no computador, mas pouco saber na cabeça; pessoas que falam de direitos do ser humano, da natureza e até dos animais, mas que não respeitam os limites de seus desejos, nem compreendem a alma de seus semelhantes e de si mesmas. Um mundo contraditório, tenso. Daí a primeira exigência de uma boa hermenêutica: compreender esse mundo.

Por outro lado, se antigamente a homilia era um “programa” para ocupar o domingo de manhã, hoje as pessoas precisam de uma mensagem breve, porém talhada com clareza. Homilia não é exercício de paciência ou de penitência. Dizer as coisas certas e claras, escandidas com as devidas pausas, para que as palavras penetrem no coração, assim como um prego na parede, com golpes pausados e acertados...

E o conteúdo? Três ingredientes: palavra, vida e mistério. A *Palavra* que nos vem “de longe” – em diversos sentidos. Tem algo de alheio: alteridade. É proclamada em leituras bíblicas que, mesmo sendo acessíveis no seu sentido primeiro, vêm de outros tempos, de pessoas diferentes de nós. E tem de ser assim, pois, senão, não teriam nada a nos dizer. A Palavra surpreende. É a voz do Outro.

A *vida* que as pessoas vivem, confrontadas com a vida de Jesus. A prática de vida que a Palavra quer transformar. A transformação da vida que verifica a compreensão da Palavra.

O *mistério*, aquilo que é maior do que nós e vem proclamado nessa palavra tão estranha. Aquilo que é celebrado na ação litúrgica. Unidade da Palavra e da ação litúrgica. O que Jesus ensina no evangelho (ilus-



trado pelas antigas Escrituras), ele o demonstra com seu gesto definitivo da Ceia e da Cruz, cujo memorial celebramos no momento eucarístico. Por isso a missa com Eucaristia é mais completa que a mera celebração da Palavra, e por isso a Igreja deve abrir novas possibilidades para que todas as comunidades tenham a possibilidade da celebração completa a cada domingo.

Tudo isso exige estudo. Se não estudamos, o Espírito Santo não dá conta de nós. Assim como Deus diz que os israelitas o cansaram (Is 43,24; Sl 95,10), o Espírito Santo, que é Deus, pode se cansar de nossa indolência e preguiça mental.

## A hermenêutica da S. Escritura na Igreja

Finalmente, voltando ao que dissemos no início: não somos donos daquilo que transmitimos. Somos apenas intermediários. Como, então, na transformação hermenêutica, guardar o “sentido original” da mensagem, a “proclamação ortodoxa” que João realizou transformando os termos da mensagem? Para responder a esta pergunta podemos voltar ao documento *Verbum Domini*.

Segundo a *Verbum Domini*, o lugar originário da interpretação da Escritura é a vida da Igreja (VD 29). A referência eclesial não é extrínseca, mas provém da própria realidade das Escrituras, formadas no ambiente vital das tradições de fé das comunidades. Para que a S. Escritura seja lida e interpretada com o mesmo Espírito com que foi escrita (DV 12), o Espírito divino torna capaz de interpretar autenticamente as Escrituras, e da sua imanência na vida eclesial brota a verdadeira hermenêutica da Bíblia (VD 30). A Bíblia foi escrita pelo Povo de Deus e para o Povo de Deus, sob a inspiração do Espírito Santo. Somente como “nós”, na comunhão do Povo de Deus, podemos realmente entrar no núcleo da verdade que o próprio Deus nos quer dizer. O Livro é a voz do Povo de Deus peregrino, e só na fé deste Povo estamos na tonalidade certa para compreendê-la<sup>11</sup>, em afinidade vital com aquilo de que fala o texto. Existe uma relação entre a vida espiritual e a hermenêutica da Escritura: “Com o crescimento da vida no Espírito, cresce também no leitor a compreensão das realidades de que fala o texto bíblico”.<sup>12</sup> A experiência

<sup>11</sup> Cf. PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1994. III, C, 1.

<sup>12</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação ...* II, A, 2.



eclesial incrementa a inteligência da fé a respeito da Palavra de Deus, e a leitura na fé das Escrituras faz crescer a própria vida eclesial. “As palavras divinas crescem juntamente com quem as lê”.<sup>13</sup>

O estudo dos livros sagrados deve ser “como que *a alma da sagrada teologia*” (DV 24; cf. VD 31). Da relação fecunda entre exegese e teologia depende, em grande parte, a eficácia pastoral da ação da Igreja e da vida espiritual dos fiéis. Daí a insistência no sério estudo da exegese histórico-crítica e dos outros métodos de análise da Escritura, pois correspondem ao realismo da encarnação. O fato histórico é uma dimensão constitutiva da fé cristã, a ser estudada com os métodos da investigação histórica, e o desejo de Deus inclui o amor pela palavra em todas as suas dimensões e o recurso às ciências profanas que nos indicam “as vias rumo à língua” (VD 33).

Pio XII combateu, na *Divino afflante Spiritu*, uma exegese que se dizia mística, mas separava a “exegese científica” (para uso apologético) da “interpretação espiritual” (reservada ao uso interno). Recusa-se “a ruptura entre o humano e o divino, entre a pesquisa científica e a visão da fé, entre o sentido literal e o sentido espiritual”.<sup>14</sup> O Concílio Vaticano II (DV 12) sublinhou, por um lado, o estudo dos gêneros literários e a contextualização, indicando três critérios para que a Escritura seja interpretada no mesmo Espírito em que foi escrita: 1) interpretar o texto, tendo presente *a unidade de toda a Escritura* (exegese canônica); 2) ter presente *a Tradição viva de toda a Igreja*; 3) observar *a analogia da fé*. E para que se possa falar em exegese teológica, é mister observar os dois níveis metodológicos, histórico-crítico e teológico.<sup>15</sup>

Esses dois níveis só funcionam *em reciprocidade* (VD 35). Se a *atividade exegética* fica só no nível histórico-crítico, tratando a Escritura como mero texto do passado, não alcança o acontecer da revelação de Deus através de sua Palavra transmitida na Tradição viva e na Escritura; faltando *a hermenêutica da fé*, acaba sendo substituída por outra, secularizada e positivista, que lança dúvidas sobre mistérios fundamentais do cristianismo e seu valor histórico. Uma hermenêutica que nega a possibilidade da presença do Divino na história introduz um dualismo entre a

<sup>13</sup> GREGÓRIO MAGNO, *Homiliae in Ezechielem*, I, IV, 8: PL 76, 843D.

<sup>14</sup> JOÃO PAULO II, Discurso por ocasião do centenário da Providentissimus Deus e do cinquentenário da Divino Afflante Spiritu: AAS 86 (1994) 232-243, 235.

<sup>15</sup> BENTO XVI, Intervenção na XIV Congregação Geral do Sínodo (14 out. 2008), *Insegnamenti* IV/2 (2008), 493.



exegese, confinada ao primeiro nível, e a teologia, levada a uma espiritualização que não respeita o caráter histórico da revelação. A ausência da hermenêutica teológica cria um fosso entre exegese científica e a leitura da fé. “Onde a exegese não é teologia, a Escritura não pode ser a alma da teologia e, vice-versa, onde a teologia não é essencialmente interpretação da Escritura na Igreja, esta teologia já não tem fundamento”.<sup>16</sup>

A unidade dos dois níveis do trabalho interpretativo pressupõe a *harmonia entre a fé e a razão* (VD 36): uma fé que nunca degenera em fideísmo, fator de leituras fundamentalistas, e uma razão que, investigando os elementos históricos, se mostre aberta e não recuse *a priori* o que excede sua própria medida. O *sentido literal* e o *sentido espiritual* se iluminam mutuamente (VD 37). É mister procurar a realidade de fé que os textos exprimem e ver em que esta realidade se liga com a experiência crente do nosso mundo<sup>17</sup>, descobrir o sentido expresso pelos textos bíblicos “quando lidos sob o influxo do Espírito Santo no contexto do mistério pascal de Cristo e da vida nova que dele resulta” e “reler as Escrituras à luz deste novo contexto, o da vida no Espírito”.<sup>18</sup>

É preciso transcender a letra (VD 38), num processo interpretativo não apenas intelectual, mas vital, que requer o pleno envolvimento na vida eclesial enquanto vida segundo o Espírito. Tal superação não se verifica no fragmento literário individual, mas em relação com a totalidade da Escritura, que é uma única Palavra *para* a qual somos chamados a transcender. A Palavra de Deus que interpela nossa vida é única, embora encontrada numa coletânea de textos cuja redação se estende por mais de um milênio (VD 39). Ligamos o Novo Testamento com as Escrituras de Israel, interpretando-as como caminho para Cristo: a pessoa de Cristo dá unidade a todas as “Escrituras”, postas em relação com a única “Palavra” (DV 12).

O próprio Novo Testamento reconhece o Antigo como Palavra de Deus (VD 40): implicitamente, quando usa a mesma linguagem e alude a ele; e explicitamente, ao citá-lo para argumentar. Se a raiz do cristianismo se encontra no Antigo Testamento, o Novo proclama que as Escrituras de Israel encontraram o seu “cumprimento” no mistério da vida, morte e ressurreição de Cristo. “Cumprimento” é um conceito que comporta

<sup>16</sup> *Ibid.*, 493-494.

<sup>17</sup> Cf. PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação...* II, A, 2.

<sup>18</sup> *Ibid.*, II, B, 2.



tríplice dimensão: *continuidade, ruptura e cumprimento na superação* (VD 41). Assim, articulam-se a importância insubstituível do Antigo Testamento e a originalidade da leitura cristológica. A tipologia não tem caráter arbitrário, mas “descobre [...], na Antiga Aliança, prefigurações do que o mesmo Deus realizou, na plenitude dos tempos, na pessoa do seu Filho encarnado”.<sup>19</sup> Por isso, *os cristãos leem o Antigo Testamento à luz de Cristo* morto e ressuscitado. Mas o Antigo Testamento mantém seu próprio valor de revelação, que Cristo veio reafirmar. Por isso, também *o Novo Testamento requer ser lido à luz do Antigo*. Assim, a compreensão judaica da Bíblia pode ajudar a inteligência cristã das Escrituras. “O Novo Testamento está oculto no Antigo e o Antigo está patente no Novo”.<sup>20</sup>

Ora, a Bíblia apresenta muitas coisas que não parecem propriamente “cristãs”. A revelação bíblica está *radicada na história* e o desígnio de Deus se manifesta *progressivamente*. A Escritura menciona comportamentos “obscuros” que os homens sempre tiveram e continuam tendo. A pregação dos profetas contra a injustiça e a violência, no Antigo Testamento, é instrumento da educação dada por Deus a seu povo como preparação para o Evangelho. Seria, pois, errado deixar de lado os trechos obscuros da Escritura, mas é preciso vê-los em seu contexto histórico-literário e na perspectiva cristã, que tem como chave hermenêutica última “o Evangelho e o mandamento novo de Jesus Cristo realizado no mistério pascal” (VD 42).<sup>21</sup>

E a diferença entre a leitura judaica das Escrituras e a leitura cristã? (VD 43). O Novo Testamento mostra rupturas relativamente às instituições do Antigo e vê o cumprimento das Escrituras no mistério de Jesus, reconhecido Messias e Filho de Deus. Esta diferença com o judaísmo, porém, não implica hostilidade. Alimentamo-nos das mesmas raízes espirituais. O exemplo de Paulo (Rm 9-11) demonstra que “uma atitude de respeito, estima e amor pelo povo judeu é a única atitude verdadeiramente cristã nesta situação”.<sup>22</sup>

Outra questão é a leitura “fundamentalista”, que fomenta *interpretações subjetivistas e arbitrarias*, trai tanto o sentido literal como

<sup>19</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 128.

<sup>20</sup> AGOSTINHO, *Quaestiones in Heptateuchum*, 2, 73: PL 34, 623.

<sup>21</sup> Observe-se que também o Novo Testamento (p.ex., o Apocalipse) apresenta páginas violentas.

<sup>22</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. O povo judeu e as suas sagradas Escrituras na Bíblia cristã (24 maio 2001), 87: *Ench. Vat.* 20, n. 1150.



o espiritual e induz à instrumentalização e à interpretação antieclesial. Desconhecendo o caráter histórico da revelação bíblica, torna-se incapaz de aceitar plenamente a verdade da Encarnação. Tratando o texto bíblico como se fosse ditado palavra por palavra pelo Espírito, desconhece que a Palavra de Deus foi formulada numa fraseologia historicamente condicionada.<sup>23</sup> Ora, “o cristianismo divisa *nas* palavras *a* Palavra, o próprio *Logos*, que estende o seu mistério através de tal multiplicidade e da realidade de uma história humana”.<sup>24</sup> A leitura verdadeiramente crente da S. Escritura procura descobrir-lhe o significado vivo, a verdade salvífica para a vida do fiel e da Igreja hoje, sem ignorar a mediação humana. Daí a importância do diálogo entre Pastores, teólogos e exegetas, inclusive em nível ecumênico (*VD* 45). Escutar juntos, sem preconceitos, a Palavra de Deus, na comunhão dos fiéis de todos os tempos, constitui um caminho para a unidade da fé.

O estudo da S. Escritura, lida na comunhão da Igreja universal, seja realmente como que *a alma do estudo teológico* (*DV* 24; *VD* 47). Ao estudo científico e interpretativo da Bíblia junte-se um genuíno espírito eclesial, tendo em conta as intervenções do Magistério, que não está acima da palavra de Deus, mas, sim, a seu serviço.

Para interpretar a Escritura ouça-se quem viveu verdadeiramente a Palavra de Deus: os santos (*VD* 48). As grandes espiritualidades nasceram da Escritura, e cada santo constitui como que um raio de luz brotando da Palavra de Deus [49]. Já em Israel a Palavra de Deus se servia da própria vida do profeta. O Espírito Santo, que inspirou os autores sagrados, é o mesmo que anima os santos a darem a vida pelo Evangelho. Entrar em sua escola constitui um caminho seguro para efetuar uma hermenêutica viva e eficaz da Palavra de Deus. E o mesmo se diga a respeito dos santos desconhecidos que vivem no meio de nosso povo simples: neles transborda o Espírito da leitura bíblica. Que sejam ouvidos.

*Endereço do Autor:*

E-mail: [konings@faculdadejesuita.edu.br](mailto:konings@faculdadejesuita.edu.br)

<sup>23</sup> Cf. PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação...* I, F.

<sup>24</sup> BENTO XVI, Discurso aos homens de cultura no “Collège des Bernardins” de Paris (12 set. 2008): AAS 100 (2008), 726.